

EDITAL PR/GO N.º 06/2014

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2014 DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE
RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS, com fundamento no Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União aprovado pela Portaria PGR/MPU N.º 378, de 9 de agosto de 2010, alterada pelas Portarias PGR/MPU n.º 576, de 12 de novembro de 2010, n.º 155, de 30 de março de 2011, n.º 539, de 04 de outubro de 2011 e n.º 451 de 16 de julho de 2013, resolve retificar o item 5 e o ANEXO I, do Edital n.º 01/2014, publicado no DMPF-e n.º 62/2014 - ADMINISTRATIVO, de 2 de abril de 2014, em relação aos seguintes itens:

5. DAS PROVAS

5.9 O número de questões e a pontuação da prova para a área de conhecimento de Direito estão estabelecidas conforme abaixo:

Onde lê-se:

Área de Conhecimento: DIREITO					
P R O V A S – PRM'S ANÁPOLIS, LUZIÂNIA E RIO VERDE					
ETAPA	MODALIDADE	DISCIPLINAS	Nº DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO TOTAL MÁXIMA
1ª	Prova Objetiva	Direito Constitucional	6	15	30
		Direito Processual Penal	6		
		Direito Processual Civil	6		
		Direito Administrativo	6		
		Direito Penal	6		
2ª	Prova Discursiva	Dissertação*		5	10

Leia-se:

Área de Conhecimento: DIREITO					
P R O V A S – PRM'S ANÁPOLIS, LUZIÂNIA E RIO VERDE					
ETAPA	MODALIDADE	DISCIPLINAS	Nº DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO TOTAL MÁXIMA



1ª	Prova Objetiva	Direito Constitucional	6	15	30
		Direito Processual Penal	6		
		Direito Processual Civil	6		
		Direito Administrativo	6		
		Direito Penal	6		
2ª	Prova Discursiva	Dissertação*		10	20

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ÁREA: DIREITO

Foram acrescentados novos itens ao conteúdo programático da área de Direito, abaixo negritados:

A) DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Noções gerais de Direito Processual. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual. Princípios do Processo Civil.
2. Jurisdição: conceito, características, finalidade, princípios e espécies.
3. Competência. Competência da Justiça Federal, dos TRF(s), STJ e STF. Organização judiciária. Conexão e continência.
4. Ação. Conceito. Elementos. Condições. Classificação.
5. Processo. Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Formação, suspensão e extinção do processo. Pressupostos processuais.
6. Atos processuais: conceito, classificação e forma. Comunicação dos atos processuais: citação e intimação. Prazos processuais. Nulidades.
7. Partes: capacidade processual. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Denúnciação à lide. Chamamento ao processo. Nomeação à autoria. Oposição. Assistência.
8. O Ministério Público no processo civil.
9. Prova. Princípios Gerais. Ônus da prova.
11. Procedimento comum ordinário. Petição Inicial. Resposta do réu.
12. Recursos. Pressupostos gerais. Apelação e Agravo (instrumento e retido)
13. Ação Civil Pública. Ação de Improbidade administrativa. Procedimento
14. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Atuação do Ministério Público.
15. Defesa do Consumidor em juízo.

B) DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Sistemas processuais penais.
2. Fontes do direito processual penal.
3. Lei processual no tempo e no espaço. Eficácia.
4. Princípios processuais penais.
5. Processo penal e direitos fundamentais.
6. Prazos do processo penal.
7. Jurisdição e competência criminal. Conflito de competência.
8. Inquérito policial e outras investigações criminais.
9. Perdão. Renúncia. Perempção. Decadência. Prescrição.
10. Juizados especiais criminais.

11. Interceptações das comunicações.
12. Sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático.
13. Técnicas especiais de investigação.
14. Provas: conceito, objeto, meios, ônus, sistemas de apreciação, princípios gerais. Provas em espécie. Prova emprestada. Provas ilícitas. Antecipação de provas (Lei n. 11.690/08).
15. Nulidades.
16. Prisões e outras medidas cautelares pessoais (Lei 12.403/11).
17. Liberdade provisória. Revogação e relaxamento de prisão.
18. Ação penal: conceito, condições, natureza, princípios e classificação. Denúncia e queixa.
19. Sentença penal. Efeitos da sentença penal (Lei n. 11.719/08). Litispendência. Coisa julgada.
20. Recursos: conceito, fundamentos, pressupostos, interposição, efeitos, extinção. Espécies de recursos.
21. Revisão criminal.
22. Citações e intimações (Lei n. 11.719/08).
23. Habeas corpus. Mandado de segurança criminal.
24. Súmulas dos tribunais superiores em matéria criminal.
- 25. Procedimentos Comuns e Especiais.**

C) DIREITO PENAL:

1. Princípios básicos do Direito Penal. Crimes contra a ordem tributária (8137/90)
2. Lei penal no tempo e no espaço.
3. Crime: aspectos gerais.
4. Teoria da Conduta.
5. Teoria do Resultado.
6. Relação de causalidade.
7. Tipo e tipicidade penal. Princípios do Direito Penal.
8. Antijuridicidade.
9. Culpabilidade.
10. Punibilidade.
11. Erro de tipo e de proibição.
12. Consumação e tentativa.
13. Desistência. Arrependimento eficaz e posterior.
14. Crime impossível.
15. Concurso de pessoas.
16. Concurso de crimes (material, formal e continuidade delitiva).
17. *Aberratio ictus e delicti*.
18. Conflito aparente de normas penais.
- 19. Penas: espécies, cominação, aplicação, efeitos. Suspensão Condicional da Pena.**
20. Crimes contra o patrimônio: furto, roubo, extorsão, extorsão mediante sequestro, apropriação indébita, apropriação indébita previdenciária, estelionato e outras fraudes, receptação, disposições gerais.
21. Crimes contra os costumes: Lenocínio e Tráfico de Pessoas.
22. Crimes contra a fé pública: moeda falsa, falsidade documental.
23. Crimes contra a administração pública: crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral; crimes praticados por particular contra a administração em geral; crimes contra a administração da justiça.
- 24. Crimes ambientais (Lei nº 9.605/98).**
25. Lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98 com alterações promovidas pela Lei 12.683/12).

D) DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição (conceito, classificação, objeto e elementos).
2. Poder Constituinte.
3. Hermenêutica Constitucional.
4. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.

5. Controle de constitucionalidade.
6. Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direitos Sociais. Direitos de Nacionalidade. Direitos Políticos. Partidos Políticos.
7. Administração Pública (artigos 37 ao 41).
 - 7.1. Improbidade Administrativa.
8. Organização do Estado.
 - 8.1. Formas de Estado e de Governo.
 - 8.2. Sistemas de Governo.
 - 8.3. Divisão territorial.
 - 8.4. Repartição de competência.
9. Poder Legislativo.
 - 9.1. Organização.
 - 9.2. Atribuições.
 - 9.3. Processo legislativo.
10. Poder Judiciário.
 - 10.1. Organização.
 - 10.2. Competência.
 - 10.3. Garantias.
 - 10.4. Vedações.
11. Ministério Público.
 - 11.1. Organização.
 - 11.2. Princípios Institucionais.
 - 11.3. Funções institucionais.
 - 11.4. Garantias.
 - 11.5. Vedações.
12. Ordem Econômica.
13. Educação. Cultura. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Índios.

E) DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios da Administração Pública
2. Organização administrativa: Empresas Públicas, Autarquias, Sociedade de Economia Mista, Fundações Públicas, Órgãos Públicos, Agências Reguladoras, OSCIPS, Organizações Sociais
3. Atos Administrativos – conceito, classificações modalidades. Vícios. Extinção anulação, convalidação, inexistência.
4. Poderes da Administração – Espécies. Efeitos. Competência. Avocação.
5. Contrato Administrativo. Noção. Tipos. Forma. Regime. Validade.
6. Licitações – espécies, regime jurídico. Inexigibilidade e Dispensa.
7. Concessões de serviços públicos – espécies. Noções Gerais: regramento geral. encampação. caducidade. reversão

Goiânia, 02 de maio de 2014.

ALEXANDRE MOREIRA TAVARES DOS SANTOS
Procurador-Chefe

Publicado no DMPF-e, Administrativo de 06/05/2014, página 17.